



# Redução da Maioridade Penal

## QUANDO NÃO BASTAM DISCURSOS\* ...

Radicalmente contra esta redução, como muitos outros, encontro-me estonteado frente a pessoas que afirmam o contrário. Tonto porque as razões não convencem; tonto porque é cruel demais. Trabalho com adolescentes e jovens há mais de 15 anos e não entendo que uma verdadeiro/a educador/a esteja a favor de uma proposta dessas. Sinto-me estonteado, igualmente, com os meninos e meninas de 15 a 17 anos afirmarem o mesmo, vendo seus “companheiros/as” condenados por praticarem atos ilícitos, mesmo que os argumentos fiquem, na maioria das vezes, em lamentáveis mas isolados crimes chamados de hediondos.

Aprovar a redução da maioridade penal é tomar uma postura classista, onde o pobre não existe ou deveria ser morto. Como é que se entende que uma sociedade seja tão violenta que não compreenda que a percentagem mínima de homicídios cometidos por adolescentes mereça tal castigo?

Não se nega que o/a adolescente possa cometer atos hediondos. Contudo, o que é hediondo? O que faz que pessoas corruptas, roubando o dinheiro do povo em milhões e bilhões, não estejam cometendo crimes hediondos? Existe uma participação da mídia quanto à formação desta opinião ou é apenas uma desinformação quanto às medidas socioeducativas a que são submetidos adolescentes e jovens infratores?

- Quem ensina a violência? Quem é violento: a sociedade ou os meios de comunicação? Os adolescentes são violentos porque eles querem ou porque são obrigados a sê-lo? Não se trata de uma desinformação, mas de um modo de ser. Apesar de haver muita bondade no mundo, não há dúvida que há muita violência. Há muitas formas de matar, de ferir, de humilhar, de desprezar. Mesmo que haja tido erros com relação à prática do Estatuto da Criança e do Adolescente porque somos levados a ver, no adolescente e na criança, somente seus deveres e não seus direitos?

O que faz que a sociedade tenha medo do segmento juvenil, principalmente quando se trata de pobre, de negro e de periferia? Fazer perguntas é parte da reação diante de uma situação chocante. A sociedade em que vivemos, as famílias que enxergamos desaprenderam a educar. Vivemos num mundo que parece que desaprendeu a ter limites e de ensinar limites.

A função da sociedade para com a juventude está explícita tanto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) quanto no recém-sancionado Estatuto da Juventude. Questões como assegurar saúde, alimentação, educação, esporte, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária estão presentes em todo o texto. Qual o motivo que distancia tanto a teoria da prática?

Porque, de fato, nossos adolescentes e jovens se veem privados de tantos direitos?

• Qual o interesse do debate sobre a redução da maioria? Todos sabem que não é a vontade de combater a violência. Todos sabem o que é ter raiva quando somos assaltados, quando somos ameaçados por um canivete ou uma arma (por vezes de aparência), quando somos roubados de coisas queridas; será que esta raiva que se experimenta, o adolescente não sente na pele vendo o que se faz com ele em muitos espaços? Não se defende olho por olho, mas é muita cegueira não enxergar que os adolescentes visados pela redução são imagens da sociedade na qual vivemos. Fazendo uma análise de conjuntura e percebendo a realidade dos presídios no país é possível pensar que aprisionar adolescentes e jovens que cometem delitos em celas seja a melhor forma de ressocialização? • A resposta deve ser descarada assim como é descarada a pergunta. O que se quer não é a ressocialização; o que se quer é a morte, o extermínio. São raivas transformadas em vinganças.

Claro que são possíveis regenerações ou ressocializações, mas não é em celas como se vêem. Haveria ressocialização de corruptos, ladrões de quantias que nem se contabilizam? O desafio é a educação; o desafio é a mudança, a conversão. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude, pode-se considerar que a redução da maioridade penal como um retrocesso? Não adianta recordar algumas conclusões sobre a redução da maioridade, isto é, que menos de 3% do total dos crimes violentos cometidos no Brasil têm adolescentes como autores; que a legislação brasileira relativa às crianças e aos adolescentes é considerada modelo pela ONU; que temos 54 países que reduziram a maioridade penal e em nenhum houve redução da violência; que reduzir a maioridade penal isenta o Estado do compromisso com a juventude. Nem adianta argumentar com um pequeno pronunciamento do Papa Francisco em abril de 2015:

• Não descarreguemos sobre as crianças as nossas culpas [...] O que fazemos das solenes declarações dos direitos humanos e dos direitos da criança se depois punimos as crianças pelos erros dos adultos? [...]

• Toda criança marginalizada, abandonada, que vive pelas ruas mendigando e com todo tipo de expedientes, sem escola, sem cuidados médicos, é um grito que sobe a Deus e que acusa o sistema que nós, adultos, construímos. O que falta, em todo esse debate, é o encanto pelo/a adolescente e pelo/a jovem. Ser encantado pela juventude é amá-la, estar perto dela, ser curioso com o que sucede com ela, estudá-la, dar a vida por ela, escutá-la. É ser apaixonado por ela. Comer com ela do mesmo pão... É não ter medo dela. Em Copacabana, o Papa Francisco (2013), além de insistir no acompanhamento aos jovens, dizia:

Não tenham medo de ir e levar Cristo para todos os ambientes, até as periferias existenciais, incluindo quem parece mais distante, mais indiferente. Estamos falando de um compromisso com a vida da juventude. O que é preciso é o encantamento com as periferias existenciais, isto é, com as periferias que necessitam de cuidado. Compromisso que passa por uma pastoral de processo, pelo cuidado com os/as jovens, pelo respeito à juventude, pelo conhecer a realidade juvenil, pelos sonhos dos jovens, pela opção de conhecer e carregar com os/as jovens suas cruzes e pelo encanto por ela.

*Quando tudo isso provoca medo ou é negado, é difícil um diálogo sobre aquilo que se ama.*

*Prof. José Silon Ferreira*